

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.599 - RS (2018/0083832-9)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : LOJAS RADAN EIRELI**  
**ADVOGADO : FRANCISCO CARLOS GAIGA FILHO - RS065695**  
**RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORA : MARCIA REGINA LUSA CADORE E OUTRO(S) - RS029266**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. OFERECIMENTO DE PRECATÓRIO JUDICIAL. RECUSA FUNDADA NA INOBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL. LEGITIMIDADE. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, NÃO PROVIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul cuja ementa é a seguinte:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA. PRECATÓRIO. ALTERAÇÃO DA ORDEM LEGAL. COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DA QUEBRA DA ORDEM PREFERENCIAL ÔNUS DO EXECUTADO. IMPENHORABILIDADE DOS BENS QUE GUARNECEM O ESTABELECIMENTO COMERCIAL NÃO CONFIGURADA NO CASO CONCRETO. EMPRESA COM DIVERSAS DÍVIDAS CONTRA O FISCO.**

1. A jurisprudência desta Câmara é unânime no sentido de admitir oferecimento de crédito de precatório para garantir a execução fiscal.
2. Contudo, é ônus do executado comprovar a necessidade de superação da ordem legal prevista nos artigos 11 da LEF e 835 do CPC, não bastando para isso a mera invocação genérica do art. 805 do CPC.
3. Assim, em razão da recusa do credor e da inexistência de comprovação do devedor de situação fática excepcional e de impossibilidade de cumprir a ordem legal de preferência, inviável admitir os créditos oriundos de precatório como garantia da execução fiscal.
4. A penhora sobre o patrimônio da empresa, prevista no art. 863 do CPC, configura constrição que recai sobre o próprio estabelecimento e, portanto, deverá ser admitida excepcionalmente, após a tentativa de penhora de outros bens arrolados no art. 11 da LEF, demonstrando, assim, a necessidade e a conveniência da medida.
5. Hipótese em que a empresa não comprova que os bens sobre os quais o exequente pretende que recaia a penhora são impenhoráveis ou essenciais para o regular prosseguimento das atividades empresariais, tampouco

# Superior Tribunal de Justiça

apresenta outros bens suficientes à garantia do débito fiscal.

6. Ademais, não basta a simples alegação de impenhorabilidade, a mesma deve ser cabalmente comprovada pela parte executada e, de pronto, o que não se verifica na espécie, a fim de justificar a revogação da constrição já realizada.

7. Não sendo caso de suspensão do processo pelo que estabelece o artigo 313 do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente as execuções fiscais, deve ser mantida a decisão que indeferiu o pedido

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas "a" e "c" o permissivo constitucional, o recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 805 e 833 do CPC/2015, bem como ao art. 11 da Lei 6.830/80, alegando em síntese que: (a) a execução deve prosseguir pelo modo menos gravoso para o executado; (b) a empresa ofereceu créditos de sua titularidade consubstanciados em precatórios vencidos e não pagos pelo próprio Estado recorrido; (c) a penhora dos bens que garantem o estoque da recorrente são imprescindíveis para manutenção das atividades desenvolvidas pela empresa; (d) não se deve admitir o prosseguimento das execuções fiscais movidas pelo Estado recorrido, vez que a demanda cautelar visa discutir e garantir a satisfação de todo o passivo tributário de ICMS devido; (e) o fato de o precatório estar vencido o transforma em moeda liberatória do pagamento de tributos da entidade devedora, passando a figurar no 1º lugar na ordem estabelecida no artigo 11 da Lei 6.830/80; (f) são impenhoráveis os bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado.

O recurso foi inadmitido pelo Tribunal de origem.

A decisão de fls. 393/394, proferida em sede de agravo, determinou a reautuação do feito como recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo n. 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A orientação da Primeira Seção/STJ firmou-se no sentido de que a penhora (ou eventual substituição de bens penhorados) deve ser efetuada conforme a ordem legal, prevista no art. 655 do CPC/73 e no art. 11 da Lei 6.830/80.

Assim, não obstante o precatório seja um bem penhorável, a Fazenda Pública pode recusar a nomeação de tal bem, quando fundada na inobservância da ordem legal, sem que isso implique ofensa ao art. 620 do CPC/73 (REsp 1.090.898/SP, 1ª Seção, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 31.8.2009 - acórdão submetido ao regime dos recursos repetitivos).

Em razão da importância da decisão e de sua especial eficácia vinculativa, transcreve-se a respectiva ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DE BEM

PENHORADO POR PRECATÓRIO. INVIABILIDADE.

1. "O crédito representado por precatório é bem penhorável, mesmo que a entidade dele devedora não seja a própria exequente, enquadrando-se na hipótese do inciso XI do art. 655 do CPC, por se constituir em direito de crédito" (EREsp 881.014/RS, 1ª Seção, Rel. Min. Castro Meira, DJ de 17.03.08).
2. A penhora de precatório equivale à penhora de crédito, e não de dinheiro.
3. Nos termos do art. 15, I, da Lei 6.830/80, é autorizada ao executado, em qualquer fase do processo e independentemente da aquiescência da Fazenda Pública, tão somente a substituição dos bens penhorados por depósito em dinheiro ou fiança bancária.
4. Não se equiparando o precatório a dinheiro ou fiança bancária, mas a direito de crédito, pode o Fazenda Pública recusar a substituição por quaisquer das causas previstas no art. 656 do CPC ou nos arts. 11 e 15 da LEF.
5. Recurso especial representativo de controvérsia não provido. Acórdão sujeito à sistemática do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008.

Por outro lado, constou do acórdão recorrido que:

Com relação a penhora sobre o patrimônio da empresa, prevista no artigo 863 do CPC, configura constrição que recai sobre o próprio estabelecimento e, portanto, deverá ser admitida excepcionalmente, após a tentativa de penhora de outros bens arrolados no artigo 11 da LEF, demonstrando, assim, a necessidade e a conveniência da medida.

Na hipótese dos autos, a empresa agravada não comprova que os bens sobre os quais o exequente pretende que recaia a penhora são impenhoráveis ou essenciais para o regular prosseguimento das atividades empresariais, também não apresenta outros bens suficientes à garantia do débito fiscal que, atualizado até 25-05-2015, atinge o valor de R\$ 52,374,36. Outrossim, ausente demonstração de abuso por parte do credor, no sentido de requerer a penhora de produtos estocados na empresa, mostra-se perfeitamente cabível a constrição, a fim de satisfazer, pelo menos, parte da dívida que se apresenta demasiada, conforme informado nas contrarrazões, atingindo, atualmente, a monta de R\$ 96.369.381,22, diante da existência de diversas execuções fiscais contra a mesma empresa.

Desse modo, a penhora do patrimônio da empresa é medida adequada e necessária, haja vista a inércia do devedor que não manifestou interesse em adimplir o débito tampouco ofertou bens para satisfazer a pretensão do credor.

Nesse contexto, verifica-se que, para se adotar qualquer conclusão em sentido contrário ao que ficou expressamente consignado no acórdão atacado — e se reconhecer a impenhorabilidade dos bens que guarnecem o estabelecimento empresarial —, é necessário o reexame de matéria de fato, o que é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista o disposto na Súmula 7/STJ.

Diante do exposto, com base no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator

